

*As Relações Internacionais no Brasil: notas sobre o início de sua institucionalização*

O objetivo do artigo é apresentar o início da produção de pensamento, de pesquisa e do ensino relativo às relações internacionais no Brasil. Pretende-se demonstrar como existiram intelectuais de diferentes formações e políticos preocupados com as relações internacionais e com a política externa em períodos que antecedem a institucionalização da área nos anos 1980.

Tullo Vigevani<sup>1</sup>

Laís Forti Thomáz<sup>2</sup>

Lucas Batista Leite<sup>3</sup>

Inter-Relações / Ano 14 - Nº 40 / 2º semestre 2014 / p. 5 - 11

### Introdução

A área de Relações Internacionais é relativamente recente no Brasil. Lembremos que como primeira institucionalização acadêmica e de pesquisa em termos mundiais, é citado o Royal Institute of International Affairs, de 1920. Alguns anos depois, em 1927, a London School of Economics criou o primeiro departamento de Relações Internacionais.

No Brasil, o primeiro curso de graduação iniciou-se em 1974 na Universidade de Brasília (UnB), e em 1984 foi nela criado o mestrado. O segundo curso de graduação foi o da Universidade Católica de Brasília (UCB), em 1995. Em 1987, o Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) deu início ao mestrado. Isso não significa que o tema Relações Internacionais não tenha existido antes. O tema sempre foi tido como importante, tanto por intelectuais, quanto por políticos. No caso do Brasil, considerando o longo

<sup>1</sup> Professor do Programa de pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP).

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP).

<sup>3</sup> Doutorando do Programa de pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP).

período para a institucionalização desta área acadêmica de forma mais específica, as relações internacionais foram cultivadas em áreas correlatas, sobretudo no campo do direito, mas também na filosofia, na economia, na história, na ciência política, na geografia, etc.

A partir dos anos 1990 houve um aumento das pesquisas relacionadas às relações internacionais, o que justifica o que Lessa (2005) chama “adensamento do ‘pensamento brasileiro de relações internacionais’” (Lessa, 2005: 1). Esse adensamento pode ser identificado em diferentes setores da sociedade: a) instituições governamentais, em especial no Ministério das Relações Exteriores, mas também no Ministério da Defesa e em outros órgãos, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), além da atuação dos governos subnacionais (estados e municípios); b) organizações não governamentais, inclusive entidades empresariais e sindicatos, além dos partidos políticos; c) sobretudo as universidades.

Podem ser indicadas muitas manifestações desse aumento, sobretudo na parte relativa aos estudos acadêmicos: uma evidente é a expansão quantitativa do ensino superior, com a explosão do ensino de graduação e, em menor medida, da pós-graduação. Outra manifestação está ligada ao papel dos estudos de relações internacionais em termos de pesquisa.

Nosso objetivo neste texto é apresentar o início da formação da área acadêmica de Relações Internacionais no Brasil. Na perspectiva deste texto a produção de pensamento, de pesquisa, o ensino relativo ao campo das relações internacionais, são todos fatos que antecedem a institucionalização da área nos anos 1980. O ensino de Direito Internacional nas Faculdades de Direito (as de Olinda e São Paulo foram fundadas em 1827) demonstram esta dinâmica. O mesmo pode ser dito no tocante ao campo de economia internacional (Almeida, 2001), tema que é estudado no Brasil há bem mais de um século.

### **O início do estudo de relações internacionais e sua institucionalização**

Em todo o mundo, a expansão dos cursos e da área de pesquisa acadêmica de Relações Internacionais aconteceu ao final da década de 1940, depois do fim da II Guerra Mundial, no nascer da Guerra Fria, tendo depois continuidade crescente. Grande parte dessa expansão deu-se nos Estados Unidos: a instituição mais importante e de referência está lá sediada, a International Studies Association (ISA), fundada em 1959. Apenas para termos elementos de comparação, a British International Studies Association (BISA) foi fundada em 1975; o World International Studies Committee (WISC) foi criado em 2002, congregando as instituições nacionais de estudos internacionais; a Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) foi formada em 2005.

Assim, não é estranho que reiteradamente tenha se colocado a questão, sob forma de pergunta ou de afirmação, de se a “ciência” conhecida como Relações Internacionais seria uma “ciência” e também uma “teoria”, sobretudo, norte-americana. Sem dúvida, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos a disciplina tem relação, ainda que não exclusiva, com a importância que as relações internacionais tiveram para o próprio Estado nacional. Isso em que pese o crescente interesse nas

nascentes organizações internacionais e a busca pela compreensão da relação entre poder e direito internacional, sobretudo a busca da compreensão das formas pelas quais a desordem e a guerra relacionam-se com a paz e a ordem. Pensemos em Hans Kelsen e em Hedley Bull. Em outros termos, procurava-se refletir sobre os problemas do equilíbrio e da justiça. Os estudos imediatamente pré e imediatamente pós-II Guerra Mundial dirigiram-se a questões tipicamente estatais, particularmente às relações conflituosas ou cooperativas desses atores. As formas efetivamente tomadas pela Guerra Fria, as mudanças sistêmicas e das relações de poder, as modificações havidas na economia e na tecnologia, levaram a questionamentos e à evolução das premissas teóricas e metodológicas, bem como ao aprofundamento das questões ontológicas e epistemológicas. Velhas fórmulas foram questionadas e surgiram no plano internacional novas perspectivas e desenhos de pesquisa (Herz, 2002).

Concentrando nosso foco nas formas como se desenvolveram os estudos das relações internacionais no Brasil, retomemos a ideia já apresentada de que existiram intelectuais de diferentes formações e políticos preocupados com as relações internacionais e com a política externa em períodos bem anteriores àquele que é considerado o início da institucionalização da área. Basta folhear as publicações do Ministério das Relações Exteriores, particularmente da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e seus Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) e Centro de História de Documentação Diplomática (CHDD), para comprovar a afirmação. Atores com reflexão intelectual importante deixaram obra e formularam ideias e políticas: José Bonifácio de Andrada e Silva, Joaquim Nabuco, Barão do Rio Branco, Rui Barbosa, Afrânio de Melo Franco, Osvaldo Aranha, San Tiago Dantas, Araujo Castro, etc.. Ricupero (2011: 15) lembra alguns intelectuais que colaboraram diretamente na elaboração da política exterior: Domício da Gama, Graça Aranha, Euclides da Cunha, Clóvis Beviláqua, e outros.

Mesmo considerando os inúmeros textos acadêmicos (artigos, capítulos, teses, livros) refletindo a respeito da área nos anos 1990 e 2000, os quais contribuem decisivamente para este mesmo escrito, nos damos conta ser necessária uma obra de grande porte sobre o tema, de pesquisa, síntese, aprofundamento e sistematização, considerando o longo prazo em que diversas reflexões sobre a área têm sido produzidas. Nos anos 1950 e 1960 iniciativas-marco na área aconteceram. A título de exemplo: a) os trabalhos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955 pelo Ministério da Educação e Cultura; b) a criação, em 1954, do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) (Dulci, 2013) e a publicação por este Instituto, a partir de 1958, da Revista Brasileira de Política Internacional, sendo seu diretor, Cleantho de Paiva Leite, um dos principais idealizadores; c) a revista Política Externa Independente, apenas três números editados, entre 1965 e 1966.

O marco de referência intelectual, como havia sido nas décadas anteriores, baseava-se na ideia de Nação. O golpe de Estado de abril de 1964 teve como consequência interromper em boa parte essa reflexão, ao menos dificultá-la seriamente. Ainda que em difíceis condições, algumas pesquisas foram desenvolvidas e aos poucos o espaço das relações internacionais foi avançando na

universidade: no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 Carlos Estevão Martins com pesquisas, Oliveiros da Silva Ferreira oferecendo disciplinas na área de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), José Carlos Brandi Aleixo na UnB.

No final dos anos 1970, período posterior à criação do curso de Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB), novas iniciativas foram tomadas, criando-se a cultura da reflexão e do estudo sistemático, metódico. Herz (2002) ressalta algumas dessas iniciativas já citadas e apresenta outras:

(...) a criação do curso de graduação em Relações Internacionais na UnB, em 1974, do Conselho Brasileiro de Relações Internacionais (CBRI), em 1978, do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio, em 1979, e, posteriormente, do seu Programa de Mestrado em 1987, do Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e de seu Programa de Relações Internacionais, em 1980, do Grupo de Trabalho sobre Relações Internacionais e Política Externa (GRIPE) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), em 1980 (até 1994), do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da USP, em 1988, do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, em 1985, do Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata (CEDEP), em 1983, do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI), em 1987, fazem parte do processo de consolidação da área de relações internacionais no Brasil. (Herz, 2002: 19-20).

Entre inúmeros outros eventos, Miyamoto (1999) lembra que:

(...) com o apoio do Iuperj, do Programa de Estudos Comparados Latino-americanos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), do Instituto Latino-americano de Desenvolvimento Econômico e Social (ILDES), ligado à Fundação Friedrich Ebert, e da Fundação Ford, se realizaram dois grandes seminários em 1977 e 1978 em Nova Friburgo. (Miyamoto, 1999: 89).

É no encontro de 1978, no qual foi criado o já citado Conselho Brasileiro de Relações Internacionais (CBRI), que se congregou boa parte da primeira geração acadêmica que fundou e consolidou a área no meio universitário, juntamente com diplomatas. Ainda nesse período vale lembrar a experiência da Revista Política e Estratégia, publicada pelo Centro de Estudos Estratégicos do Convívio em São Paulo, de 1983 a 1990.

Fonseca Junior (2011), em trabalho escrito em 1981, mostra a importância dos diplomatas na institucionalização da área. Aliás, esse vínculo, como existia há muito nos Estados Unidos, foi explicitamente construído.

Do ponto de vista do Itamaraty, é fundamental definir uma política de operação. Ou seja, existe, diante do fenômeno do surgimento da preocupação acadêmica, a possibilidade de definir, de forma integrada, sistemática, com perspectiva de longo prazo, uma estratégia de

conduta, em uma palavra, uma política de ligação com a Universidade (Fonseca Junior: 2011: 67).

Santos (2005) defende que a genealogia dos cursos de Relações Internacionais no Brasil tem seu início nos estudos de história diplomática, e que a disciplina que convencionou-se chamar de História das Relações Internacionais teria sido o primeiro campo a ser desbravado da área. A autora afirma ainda que a institucionalização da disciplina inicia-se na década de 1970, seguindo uma tendência de programas de pesquisa em História de outros países, particularmente da França. O curso na UnB é a expressão desse processo. Como vimos, em termos nacionais, a questão parece ter maior complexidade, visto que em outras instituições universitárias brasileiras foram professores e pesquisadores com formação em distintos campos de conhecimento - direito, ciência política, economia, etc. – os pioneiros na introdução definitiva e permanente do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais.

Essa forma de evolução está longe de ser característica brasileira. A conexão entre História, Direito, Sociologia, Filosofia, Economia, Geografia e Relações Internacionais existe há mais tempo. Lembremos autores como Norman Angell, Edward Carr, Raymond Aron, sem falar de Tucídides ou de Hugo Grotius. A partir da preocupação para entender as causas da Primeira Guerra Mundial, antes, e da Segunda depois, bem como do objetivo de construir premissas teóricas e de reconstruir esses eventos, a área de Relações Internacionais teria ganhado prestígio e iniciado seu processo de institucionalização. Não se trata mais de História Diplomática *strictu sensu*, mas de História das Relações Internacionais, incorporando o espírito da *École des Annales*, particularmente os estudos de Renouvin e Duroselle.

Dentro desta mesma perspectiva se colocam Cruz e Mendonça (2010), ao afirmarem que as Relações Internacionais se consolidaram no Brasil a partir de outras disciplinas como o Direito Público Internacional, a História Diplomática e a Economia. Cruz e Mendonça (2010) lembram também a criação do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) em 1954, na Fundação Getúlio Vargas. Sua revista de relações internacionais deveu muito de seu vigor aos desenvolvimentistas ligados aos governos Vargas e Kubitschek.

Lessa (2005) explica a transição da História Diplomática para a História das Relações Internacionais no Brasil: uma das transformações que acarretaram o amadurecimento da área de Relações Internacionais foi o abandono da chamada “história diplomática”, especialmente em estudos de política externa brasileira, em prol do que viria a se firmar como História das Relações Internacionais – com abordagens interdisciplinares e que não condicionavam os acontecimentos à atuação de um ator solitário, além de buscar compreender a mudança no que se designa como Sistema Internacional e a possibilidade de agentes internos também constituírem as relações existentes.

Enfim, podemos dizer que importantes expressões de estudo se davam externamente à vida universitária há muitos anos. Fizemos referências ao IBRI e ao ISEB no final da década de 1950 e início de 1960. Nos anos 1970 e 1980 instituições universitárias e outros centros de pesquisa,

acadêmica ligados ou não à universidade, também convergiram para as Relações Internacionais, sendo um deles o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), em São Paulo, e outro o Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI), da Universidade de São Paulo (USP).

A transição do regime autoritário para o democrático, entre 1985 e 1990, teve como consequência indireta estimular mais a pesquisa na área. A redemocratização brasileira começou a trazer maior transparência e tornou-se um pouco mais fácil consultar e ter acesso direto a fontes documentais que estivessem em poder do Estado. Na área de relações internacionais, a gestão Celso Lafer, já no governo Collor de Mello, desencadeou um debate sobre a disponibilização do arquivo do Ministério. É o que sinaliza Lessa (2005) em relação aos documentos produzidos a partir 1945, cujo arquivo é organizado pelo Ministério das Relações Exteriores, em Brasília. O acesso a ele antes de 1990 não era possível.

### **Considerações finais**

O objetivo desse trabalho foi discutir as premissas da institucionalização da área de relações internacionais no Brasil. Vimos que tem raízes bem anteriores à de sua consolidação formal nos anos 1980, o que é possível verificar a partir da sua presença no panorama intelectual brasileiro, a qual vem de longe, como chamou a atenção José Honório Rodrigues (1969). A partir dos anos 1970 adensou-se o número de professores e intelectuais que se envolveram de forma sistemática na pesquisa, formando novas gerações. Diplomatas do Ministério das Relações Exteriores contribuíram de forma importante com este processo.

A partir dos anos 1990 houve expansão quantitativa e qualitativa das pesquisas na área, com efeitos consolidados nos anos 2000. Uma última reflexão que pode contribuir, ainda que válida para amplo espectro de questões, a explicar a consolidação do ensino e da investigação em relações internacionais, assim como o ensino e a ciência em geral no Brasil, é o papel da transição à democracia nos anos 1985-1990, particularmente o papel da Constituição de 1988. Uma Constituição que afirmou a propensão da sociedade e do Estado para o bem-estar. Ao longo do tempo viabilizou a expansão do ensino universitário, expressando-se tanto no seu setor público quanto no seu setor comunitário e no privado. A redemocratização também teve como subproduto a relativa melhora no acesso a documentos e acervos, com maior transparência e estímulo à pesquisa. Fenômeno que foi se dando, ainda que de modo parcial, nos governos Sarney, Collor de Mello, Itamar Franco, Cardoso, Lula da Silva e Rousseff.

### **Referências Bibliográficas:**

ALMEIDA, Paulo Roberto. *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil*. São Paulo, SENAC, 2001.

CRUZ, Sebastião Velasco e MENDONÇA, Filipe. “O Campo das Relações Internacionais no Brasil: Situação, Desafios, Possibilidades”. In: MARTINS, Carlos Benedito e LESSA, Renato (org.) *Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política*. São Paulo, ANPOCS, 2010.

DULCI, Tereza Maria Spyer. “Instituto Brasileiro de Relações Internacionais”. In: *Revista Brasileira de Política Internacional: desenvolvimento e integração do Brasil nas Américas (1954-1992)*". Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FONSECA JUNIOR, Gelson. *Diplomacia e academia: um estudo sobre as análises acadêmicas sobre a política externa brasileira na década de 70 e sobre as relações entre o Itamaraty e a comunidade acadêmica*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

HERZ, Monica. “O crescimento da área de Relações Internacionais no Brasil”. In: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 24, nº 1, janeiro/junho 2002, pp. 7-40.

LESSA, Antônio Carlos. “Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação”. In: *Rev. Bras. Polít. Int.* 48 (2), 2005, pp. 169-184.

RICUPERO, Rubens. “Prólogo. Democracia: princípio e fim da diplomacia”. In: FONSECA JUNIOR, Gelson. Op. Cit. 2011.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969 [1952].

MIYAMOTO, Shiguenoli. “O ensino das Relações Internacionais no Brasil: problemas e perspectivas”. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 20, p. 103-114, jun. 2003.

SANTOS, Norma Breda dos. *História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. História*. São Paulo, v.24, n.1, p.11-39, 2005.